



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2023
(SRP)

A Universidade Federal de Santa Maria, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria de pessoal UFSM n. 2.273, de 21 de setembro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do **Tipo Menor Preço Global**, para o **Registro de preços para limpeza e vedação das juntas de dilatação dos prédios no campus sede da UFSM**, especificados no item 2, pelo período de **12 (doze) meses**, a partir da data de homologação da presente licitação, de acordo com o que prescreve a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o Decreto 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 30 de agosto de 2018, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 e Instrução Normativa Nº 03 de 26 de abril de 2018.

DATA: **15/09/2023**.

HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília).

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG: 153164

1.1. A presente licitação visa o registro, em ata, dos preços dos itens licitados, nas quantidades expressas na listagem anexa ao presente deste Edital, tendo em vista o que consta do Processo nº. **23081.085359/2023-96**.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto o **Registro de preços para limpeza e vedação das juntas de dilatação dos prédios no campus sede da UFSM**, constantes no Termo de Referência, em anexo ao presente Edital, que faz parte deste Edital, como se aqui estivesse transcrito.

2.1.1. As quantidades constantes da relação anexa serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

2.1.2. Os descritivos e unidades a serem considerados na elaboração da proposta são os que constam no termo de referência emitido pela UFSM, devendo ser informados no campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado" do sistema compras governamentais e mantendo a obrigação de ser o descritivo entregue a cada empenho pela licitante vencedora.

2.1.3. Para este objeto, não poderá haver aquisição de itens isoladamente a

gerar onerosidade contratual em relação aos melhores preços exequíveis apurados ao presente certame, em atendimento a orientação contida no subitem 9.6.3. do Acórdão 2.037/2019 – TCU- Plenário.

2.2. Será permitida a subcontratação de serviço de desalojamento de morcegos, limpeza, higienização, aspiração e remoção dos excrementos de forma adequada pela licitante vencedora.

2.3. Como condição de fornecimento dos itens objeto desta licitação, a licitante vencedora deverá atender a todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas em anexo a esse edital.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

3.3. Como condição de participação da presente licitação, a licitante, **NÃO** deverá:

A) Possuir em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no Inciso X do artigo nº 117 da Lei 8.112/90.

B) Possuir em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o Inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4 A licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e seus anexos.

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SEGES 102/2020;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para



reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarada inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: www.gov.br/compras.

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico

durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:

5.10.1. O Preço **unitário e total** (CIF), por item, para cada item cotado.

5.10.1.1. A proposta analisada, com seus valores e descritivos dos itens, será a incluída **exclusivamente** no sitio das compras governamentais, em campo próprio existente no sistema. **Propostas impressas ou encaminhadas em forma de anexo, não serão consideradas.**

5.10.2. Citar a marca para cada item cotado, no sistema compras governamentais, não sendo aceito outra forma de envio.

5.10.3. As propostas apresentadas que não identificarem a marca do produto ofertado, poderão ser desclassificadas.

5.10.4. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital, sendo considerada e analisada somente a descrição informada no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” do sistema compras governamentais, sob pena de desclassificação da proposta.

5.10.5. Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

5.10.6. Na cotação de preços unitários serão aceitos **até 04 (quatro)** dígitos após a vírgula.

5.10.7. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.10.8. A desclassificação da proposta será fundamentada, registrada e acompanhada em tempo, no sistema eletrônico.

5.10.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela UFSM por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71,



inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da licitante vencedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro.

6.3.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor unitário do item.

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.8. MODO DE DISPUTA

6.8.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05

(cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.5. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.11. Após o encerramento dos lances, se a proposta de menor valor não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

6.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.11.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.11 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Após a negociação, caso o menor preço ofertado seja superior ao máximo admitido pela UFSM, o mesmo não será aceito.

7.2. Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, respeitado o estabelecido no subitem 7.1 deste edital.



7.3. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço global**, observados as especificações constantes no Termo de Referência em anexo do presente Pregão.

7.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.11.1. deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.11. deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações deste edital.

7.7. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital.

7.8. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta on line aos seguintes cadastros:

I) SICAF, nos níveis I, II e III;

II) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. O(s) documento(s) elencado(s) abaixo deverá(ao) ser incluído(s) pela licitante em campo próprio do sistema eletrônico, **no momento do envio da proposta**:

I) A licitante deverá comprovar a qualificação mediante a apresentação, em uma única via, de cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, de atestado(s), expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação. No(s) atestado(s) deve constar o nome da pessoa de contato e telefone.

II) Licença Sanitária de Funcionamento emitida pela vigilância sanitária do município sede da empresa;

III) Certificados de treinamento para trabalho em altura (NR 35) dos trabalhadores designados para realizar os serviços;

IV) Registro da empresa junto ao conselho competente: CRMV, CRBIO, CREA ou CRQ;

V) Comprovação de possuir no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, 01 (um) profissional habilitado, Responsável Técnico (RT), pelos serviços;

VI) Registro do Responsável Técnico (RT) junto ao conselho competente (CRMV, CRBIO)

VII) Capacitação Técnico-Profissional: documento comprovando que a empresa possui em seu quadro de funcionários, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) por execução de serviços descritos no objeto.

VIII) Apresentar o vínculo entre o profissional (referente às alíneas “III, V, VI e VII” deste subitem) e a pessoa jurídica, o qual pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

8.1.1.1 Os documentos mencionados no item 8.1.1 deverão ser apresentados como forma de anexo no local específico deste edital no site www.gov.br/compras.

8.2. No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na presente licitação, estas serão HABILITADAS mesmo que apresentarem alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, sendo que a regularidade da sua situação deverá ser efetuada nos moldes do subitem 8.2.1 deste edital, como condição de adjudicação.

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.2. A prorrogação que se refere o subitem 8.2.1 deste edital deverá ser solicitada pela licitante interessada, cujo prazo para o encaminhamento da solicitação, devidamente formalizada, deverá ser até a data final do primeiro período.

8.2.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1 deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.



9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

9.2. No momento da homologação o ordenador de despesa convocará os licitantes remanescentes, através do sistema Compras Governamentais exclusivamente, para o registro dos licitantes que aceitarem o objeto da presente licitação com preços iguais aos da licitante adjudicatária, para formação de cadastro reserva, para acionamento nos casos previstos nos artigos 20 e 21 do Dec. 7.892/2013, alterado pelo Decreto 8.250/2014. Na convocação será concedido prazo mínimo de 24 h (vinte e quatro horas) para manifestação dos convocados.

9.3. Após a homologação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido à licitante vencedora mediante Nota de Empenho.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos e/ou impugnar o edital, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: pregao@ufsm.br.

10.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido de esclarecimentos e/ou impugnação.

10.3. Acolhida a petição contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a UFSM, nos casos em que a Administração julgar necessário.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata da realização do Pregão Eletrônico, publicada no sítio: www.gov.br/compras, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazo estipulados no Edital.

12.1.1. O Registro de Preços será formalizado mediante a assinatura do Termo de Registro de Preços, conforme modelo no Anexo 01 deste Edital. O Termo de Registro de Preços deverá ser enviado pelas licitantes vencedoras após a homologação do pregão.

12.1.2. A Licitante vencedora após a homologação do pregão, deverá, imediatamente, enviar o referido Termo de Registro de Preços devidamente preenchido, assinado e datado, através do e-mail: pregao@ufsm.br.

12.2. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

13.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, em caso de necessidade de aquisição, obedecido o prazo de entrega previsto na proposta.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, acusando o recebimento, por parte do responsável pelo órgão solicitante/UFSM. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias a partir da data de sua entrega na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

14.2. O pagamento será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período, a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

14.3 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.4. A cessão de crédito dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada/licitante vencedora) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.



15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 49 do Decreto 10.024/2019, a licitante que:

- 15.1.1. não assinar o termo de contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 15.1.2. não assinar o termo de registro de preços, em anexo a este edital;
- 15.1.3. apresentar documentação falsa;
- 15.1.4. não entregar a documentação exigida no edital;
- 15.1.5. apresentar documentação falsa;
- 15.1.6. causar o atraso na execução do objeto;
- 15.1.7. não mantiver a proposta;
- 15.1.8. falhar na execução do objeto;
- 15.1.9. fraudar a execução do objeto;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.11. declarar informações falsas; e
- 15.1.12. cometer fraude fiscal.

15.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 15.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- 15.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 15.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo

administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e a Instrução Normativa da Secretaria Especial de Administração (SA) da Secretaria Geral (SG) da Presidência da República (PR) n. 01, de 23 de novembro de 2020.

15.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação, são as seguintes:

15.12.1. A multa em caso de atraso na entrega dos produtos/serviços solicitados será de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto não entregue.

15.12.1.1. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 16.5 do Edital.

15.12.2. A multa em caso de inadimplemento da licitante vencedora será de 20% (vinte por cento) sobre o valor empenhado que, requisitado, deixar de ser entregue.

15.12.2.1. A licitante vencedora será considerada inadimplente se a partir do 15º (décimo quinto) dia da não entrega do produto/serviço, após o prazo estipulado no item 16.5 deste Edital.

15.12.2.2. A licitante vencedora também será considerada inadimplente se não cumprir com as condições estipuladas no Termo de Referência em anexo ao presente edital.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Registro de Preços, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.



16.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

16.3. Não serão concedidas adesões ao presente registro de preços, sendo ele exclusivamente para a UFSM.

16.4. Os serviços deverão ser executados nos locais definidos mediante empenho, conforme necessidade das unidades e subunidades da UFSM em Santa Maria.

16.4.1. O serviço fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a UFSM.

16.5. O prazo de *fornecimento total dos produtos*, objeto de cada Nota de Empenho, não poderá exceder 30 (trinta) dias a contar do recebimento do mesmo. O prazo indicado pela unidade solicitante para a entrega parcelada do objeto empenhado deverá ser rigorosamente observado, sujeitando a licitante vencedora às cominações previstas no presente Edital.

16.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, após a fase de lances. Se o pregão não for homologado até este prazo, a proposta perderá sua vigência.

16.7. Após a homologação do presente pregão, a licitante vencedora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo de vigência do Registro de Preços, indicada no "caput" deste Edital.

16.8. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços, de que trata o presente Edital.

16.9. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

16.10. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período de vigência do Registro de Preços, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

16.11. No caso e não haver expediente no dia marcado para a realização esta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

16.12. Em atendimento à Lei nº. 12.846/2013, para a participação neste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16.13. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria.

16.14. O resultado desta Licitação estará disponível, após a homologação, no sítio <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/Resultado/conreelit00.asp> e na página da UFSM, no endereço: <http://coral.ufsm.br/demapa/index.php/licitacoes/resultado>.

16.5. Cópias deste Edital estão disponíveis para download nos portais www.gov.br/compras e site.ufsm.br.

16.16. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: pregao@ufsm.br

16.17. Endereço da UFSM:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CNPJ: 95.591.764/0001-05
Edifício da Administração Central,
Departamento de Material de Patrimônio
6º andar, sala 666 – Comissão de Licitações
CEP: 97105-900, Campus Universitário
Bairro Camobi, Santa Maria, RS



ANEXO 01

TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo _____ presente a Empresa
_____, CNPJ
_____/_____-_____, estabelecida à Rua
_____, CEP _____-_____, em
_____ - _____ concorda plenamente com o Edital e os
termos da Ata de Realização do Pregão Eletrônico constante no sitio do gov.br/compras,
referente ao Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº _____/_____-____/
UFSC, como se aqui estivesse transcrito.

Em ____/____/_____.

Assinatura

ANEXO II

1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1. LEGISLAÇÃO RELACIONADA:

Deverá ser obedecida a seguinte documentação técnica:

As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência:

Resolução RDC nº. 52, de 22 de outubro de 2009, ANVISA - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Resolução do CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei dos crimes ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº. 141, de 19 de dezembro de 2006 - Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

NR 35 – Trabalho em altura

1.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- Durante a execução dos serviços a empresa licitante deverá tomar todas as precauções, quanto aos andaimes, tapumes, etc., com a finalidade de garantir uma perfeita segurança ao trânsito de pessoas junto ao local de realização do serviço.
- Todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa licitante. Todo o transporte (vertical e horizontal) de material ou pessoal, que se fizer necessário para a execução do serviço, ficará a cargo também da empresa licitante;
- Todas as despesas relativas à execução dos serviços, produtos, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, bem como providências quanto à legalização do serviço



perante os órgãos municipais, estaduais e federais, correrão por conta da empresa licitante;

- A empresa licitante deverá prestar toda a assistência técnica e administrativa; mantendo à disposição durante a realização do serviço um técnico de nível superior, comprovado por registro do profissional no Conselho Regional da categoria, o qual **não deverá se afastar do local de trabalho durante a realização do serviço e será o Responsável Técnico pelo objeto contratado;**

- A equipe deverá ser composta de profissionais orientados e supervisionados por um Responsável Técnico, com vínculo com a empresa e registrado no Conselho profissional, que responderá à Fiscalização da UFSM durante toda execução do serviço, conforme critérios estabelecidos na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio;

- A empresa licitante deverá fornecer à Fiscalização da UFSM a relação com o nome e função de todos os funcionários da mesma, inclusive os subcontratados (se houver);

- A empresa licitante deverá elaborar o Cronograma para realização do serviço, devendo este ser aprovado pela Fiscalização da UFSM. O cronograma deverá conter a especificação dos materiais, os compostos químicos a serem utilizados, a discriminação dos equipamentos e maquinários bem como a relação da equipe que executará os serviços;

- A empresa licitante deverá informar previamente à Fiscalização da UFSM, os dias em que os serviços serão prestados, pois nestes dias as atividades relativas ao serviço em questão serão fiscalizadas e acompanhadas pela equipe responsável;

- Para a execução do serviço o prazo máximo é de 30 dias, sendo que, na hora e data marcada a licitante deverá estar nas dependências do prédio, com a equipe habilitada, em número suficiente e com as ferramentas e equipamentos necessários para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos desta especificação;

- A empresa licitante deverá comprovar que os produtos utilizados na execução dos serviços atendem as normas estabelecidas pela Resolução RDC Nº. 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA, estão compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria do Ministério da Saúde N.º 10 de 1985 e suas atualizações e que atendam a Portaria nº. 321, de 28 de julho de 1997 do Ministério da Saúde;

- A empresa licitante deverá informar por escrito qual produto químico que está sendo aplicado para realização do serviço, qual o nível de intoxicação, os antídotos dos produtos e a Ficha de informação de segurança de produto químico - FISPQ para evitar problemas na saúde dos servidores e usuários e, para que sejam tomadas as providências devidas em caso de intoxicação;
- Na prestação do serviço objeto desse contrato qualquer informação ou evidência de mortalidade indiscriminada de quirópteros, ficará a empresa licitante sujeita as sanções administrativas, assim como as penalidades advindas da legislação que protege os animais selvagens;
- Será permitida a subcontratação de serviço de desalojamento de morcegos, limpeza, higienização, aspiração e remoção dos excrementos de forma adequada pela licitante vencedora;
- A empresa licitante deverá providenciar e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de segurança, inclusive os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), necessários ao andamento do serviço e atender plenamente as recomendações da NR 35;
- A empresa licitante deverá manter limpos os ambientes onde os serviços serão prestados, fazendo a remoção periódica de todo tipo de resíduo e entulho. Os locais onde os serviços foram prestados deverão estar perfeitamente limpos, assim como a região do entorno dos prédios no momento da finalização do serviço. Todo resíduo gerado pelos serviços deverá ser encaminhado para aterro, fora da UFSM, licenciado por órgãos ambientais e deverá ser transportado por empresa credenciada por órgãos ambientais, conforme legislação vigente. A coleta, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos gerados pela realização do serviço deverão ser comprovados por meio da apresentação da Nota Fiscal à Fiscalização oriunda da empresa que realizar tais serviços;
- A UFSM deverá fornecer a água, energia elétrica, sendo que as extensões até o ponto de uso serão de responsabilidade da empresa licitante;
- São de responsabilidade da empresa licitante os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. O acompanhamento e a fiscalização do contrato pela Administração não excluem ou reduzem essa responsabilidade. A empresa licitante deve facilitar a fiscalização, permitir amplo acesso ao objeto em execução e atender prontamente às solicitações da Administração;
- A empresa licitante deverá manter duas cópias atualizadas das especificações e planilha de quantitativos, sendo que uma delas será utilizada apenas pelos Responsáveis Técnicos da empresa e pela Fiscalização da UFSM;



- Nenhum trabalho adicional ou modificação dos serviços especificados nesse documento serão efetivados pela licitante sem a prévia e expressa autorização por escrito da Fiscalização da UFSM, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas;
- Todo e qualquer dano aos prédios e patrimônio da UFSM, causado em virtude dos serviços executados, será de inteira responsabilidade da empresa licitante, devendo esta providenciar sua recuperação e/ou reposição. A empresa licitante deverá, também, arcar com danos eventualmente ocorridos com os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas na execução dos serviços, sem possibilidade de ressarcimento pela UFSM;
- A empresa vencedora deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, devendo a licitante prestar assistência técnica durante este período e solucionar os casos de surgimento de novos focos de quirópteros nos ambientes onde foram prestados os serviços;
- O orçamento analítico deverá ser discriminado e deverá conter: descrição dos itens, quantidade, unidade, preço unitário (material, mão-de-obra, serviço), total do serviço, subtotal para cada item da planilha e valor total global da proposta. Os preços serão apresentados em duas casas decimais;
- O valor total de cada item da planilha corresponde a uma porcentagem do valor total da proposta e essa porcentagem pode ser definida como coeficiente de influência. Sempre que o coeficiente de influência superar em mais de 15% o correspondente na planilha da instituição, o excedente será pago somente na última parcela e ainda, se houver acréscimos de serviços (aditivos) do item em questão o mesmo será feito utilizando os valores previstos na planilha da instituição;
Ex.: ci (instituição)= 0,20 (20%), ci (empresa)= 0,25 (25%) → ci (instituição) + 15%= 0,20x1,15= 0,23 (23%), excedente= 0,25-0,23= 0,02 (2%) excedente/ci (empresa) = 2/25= 0,08, ou seja, 8% do valor do item somente será faturado na última parcela.
- A empresa licitante não poderá emitir a Nota Fiscal/Fatura, enquanto todo o serviço descrito nas Especificações técnicas não estiver plenamente concluído e entregue em perfeitas condições de execução, uso e funcionamento;

1.3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.3.1. TRATAMENTO DAS JUNTAS DE DILATAÇÃO E DA COBERTURA

-Juntas de dilatação e cobertura

Telhas, algerozes, rufos, vidros, calhas, entradas para sistemas de ar condicionado e estrutura de madeira das treliças, em lugares estratégicos definidos pela UFSM, bem como as danificadas e sem condições de uso e toda a vedação das juntas de dilatação anteriormente existentes deverão ser removidas para a aspiração dos excrementos e dejetos existentes nos prédios. Observar as tubulações existentes de água e desligar as redes elétricas com objetivo de fornecer segurança ao trabalhador. Deverão ser tomadas medidas de contenção de pó e ruído. Todo material removido para a realização dessa etapa do serviço e que estiver em condições de reutilização, deverá ser armazenado, para posterior reutilização por parte da licitante, de acordo com a Fiscalização. O material removido e que não estiver em condições de uso deverá ser destinado como resíduo de construção civil e/ou resíduo Classe I, de acordo com a orientação da Fiscalização da UFSM.

- Vedação juntas de dilatação - instalação de mangueira cristal flexível em PVC

Após o desalojamento dos morcegos, remoção dos excrementos, retirada da vedação das juntas de dilatação anteriormente existentes e higienização dos locais em questão, a licitante deverá instalar, nas frestas das juntas de dilatação dos prédios mangueiras cristal em PVC flexíveis de diâmetros de 3/4" 1" 1 1/2" e 2" de acordo com a espessura da fenda existente no local. A instalação inicia-se pelas juntas internas, paredes e tetos internos ao prédio, e no sentido da posição inferior para superior. Após isso, inicia-se a vedação nas paredes externas do prédio, incluindo os espaços entre os pilares e as paredes externas, pelas partes mais baixas e subindo para as partes superiores do prédio. A vedação deverá ser executada igualmente na parte superior das juntas de dilatação, incluindo abaixo do telhado. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis de metálicos, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos quirópteros às juntas de dilatação e à cobertura do prédio.

- Instalação de perfil de metálicos, nas faces internas

Recobrir as juntas de dilatação vedadas com mangueira cristal, seguida de espuma expansiva e, posteriormente, perfis metálicos (chapa 18) nas dimensões mínimas de 10 cm. Esses perfis devem ser fixados com quatro parafusos e buchas de fixação a cada metro de perfil e instalados nas faces internas dos prédios. O sentido da instalação segue o mesmo da instalação das mangueiras cristal nas faces internas do prédio e pode ser realizado concomitantemente, iniciando-se pelas juntas internas, paredes e tetos internos ao prédio, e no sentido da posição inferior para superior. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos morcegos às juntas de dilatação e à cobertura do prédio, conforme item 4.2.1.



- Instalação de perfil de metálicos, nas faces externas

Recobrir as juntas de dilatação vedadas com mangueiras cristal e espuma expansiva utilizando perfis metálicos (chapa 18), com dimensões mínimas de 10 cm. Esses perfis devem ser fixados com parafusos e buchas de fixação a cada 30cm de perfil e instalados nas faces externas dos prédios. O sentido da instalação segue o mesmo da instalação das mangueiras cristal nas faces externas do prédio e pode ser realizado concomitantemente, iniciando-se a vedação nas paredes externas do prédio, incluindo os espaços entre os pilares e as paredes externas, pelas partes mais baixas e subindo para as partes superiores do prédio. A vedação deverá ser executada igualmente na parte superior das juntas de dilatação, incluindo abaixo do telhado. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis de alumínio, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos morcegos às juntas de dilatação e à cobertura do prédio.

- Telha de Fibrocimento

A cobertura será com telhas de fibrocimento com 6,0 mm ou 8,0 mm de espessura, conforme as telhas já existentes, da marca Brasilit ou equivalente. A fixação será com parafusos apropriados com 0,8 mm e 110 mm de comprimento e demais acessórios de acordo com as recomendações do fabricante, devendo ter pelo menos 2 parafusos por telha em cada terça, deverão ser instaladas telhas translúcidas a cada 5 (cinco) telhas, com colocação revestimento de argamassa abaixo das telhas, para vedar a possível entrada de morcegos, e também a colocação de telas onde não for possível vedar. As telhas que forem retiradas e estiverem em condições de reaproveitamento, conforme a Fiscalização da UFSM, deverão ser reutilizadas na cobertura.

- Rufos e algerozes

Será de chapa galvanizada nº 26, corte 25, utilizando parafusos e buchas plásticas para sua fixação a cada 40 cm e selante para vedação junto à parede (silicone PU36).

Observação: Deverá ser colocado revestimento de argamassa abaixo de todas as telhas, para vedar a possível entrada de morcegos, e também a colocação de telas onde não for possível vedar.

Nota: O produto de marca e/ou modelo diferente do sugerido por esta especificação deverá ser submetido à análise prévia da Fiscalização da UFSM. Para que este produto seja considerado “equivalente”, deverá ter o mesmo desempenho técnico, principalmente

em termos de funcionamento e durabilidade. Quando houver divergências entre a Fiscalização e a empresa licitante, esta deverá comprovar a equivalência técnica do produto, mediante testes e/ou ensaios realizados por instituições credenciadas pelo INMETRO, sendo que as despesas serão de sua responsabilidade.

1.3.2. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO DESALOJAMENTO DE MORCEGOS

O propósito do desalojamento é permitir que os indivíduos deixem o abrigo ao anoitecer mas não consigam retornar para o mesmo local após a alimentação porque o local de entrada/saída estará fechado.

- O desalojamento dos morcegos somente poderá ocorrer fora do período reprodutivo das espécies no Rio Grande do Sul, ou seja, entre a segunda quinzena de março e final de setembro.
- O desalojamento deverá ser realizado ao anoitecer e/ou noite e sem chuva. Deve ser observada a fase lunar, pois os morcegos exibem uma forte tendência a não deixar o abrigo em dias de lua crescente e/ou cheia.
- O local de saída dos morcegos no prédio deve ser fechado temporariamente, ao anoitecer, após a saída dos mesmos para alimentação. Na manhã seguinte o local fechado deverá ser reaberto para que os morcegos que permaneceram possam sair no anoitecer. Essa ação deve ser repetida diariamente até que todos os indivíduos da colônia tenham deixado o abrigo, o que pode ocorrer num período de até 10 dias.
- Somente após a confirmação da saída de todos os indivíduos da colônia pelo Responsável técnico o abrigo poderá ser fechado permanentemente.
- Toda a atividade de desalojamento dos morcegos deverá ser acompanhada por responsável técnico (biólogo ou médico veterinário) credenciado junto ao Conselho, capacitado e com a emissão de ART.
- A UFSM orienta que todos os profissionais diretamente envolvidos nessa ação apresentem comprovação de vacina contra a raiva e usar Equipamentos de Proteção Individual.
- Para o trabalho em altura seguir a NR 35.

OBSERVAÇÃO: Os morcegos são animais da fauna brasileira e, portanto, protegidos pela Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais). Qualquer ação de manejo que provoque morte, danos físicos, maus-tratos ou a captura destes mamíferos é considerado crime ambiental e é passível de penalidades.

1.3.3. EXECUÇÃO DA REMOÇÃO DOS EXCREMENTOS E HIGIENIZAÇÃO

A empresa licitante deverá realizar a verificação de que nenhum indivíduo



permaneceu no abrigo antes de iniciar a limpeza e higienização do local. Uma vez que não ocorram indivíduos no local, deverão ser aplicados produtos repelentes sólidos e/ou líquidos (químicos, agrícolas ou veterinários, observando o disposto no item 3.10 desta especificação) desde que tenham seu uso registrado e aprovado no Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e sejam aprovados também pela Fiscalização da UFSM, e respeitando-se as condições de segurança de sua aplicação. Tais produtos deverão ter o descarte ambientalmente correto de suas embalagens sendo devidamente comprovado pela licitante. A aplicação deverá ser feita nos locais que abrigavam as colônias de morcegos.

A limpeza das fezes e higienização do local deverá ser realizada mediante o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e demais normas de segurança vigentes. Antes da remoção dos excrementos a licitante deverá aspergir uma mistura de água e hipoclorito de sódio (água sanitária) (1:1) ou similar sobre todos os restos orgânicos, para evitar a formação de poeira e inalação de esporos de fungos. O local deverá ser adequadamente sinalizado e seguro aos operários e transeuntes.

A licitante deverá utilizar aspirador industrial de alta potência e dotado de bico aspirante adaptado para alcançar os dejetos dentro das juntas de dilatação, em espaços sob as mesmas ou qualquer outro local no prédio que contenha as fezes.

A licitante deverá remover animais mortos encontrados nos locais, destinando a carcaça como resíduo Classe I, conforme NBR 10.004/2004.

1.4. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1.4.1. Das responsabilidades e obrigações da empresa licitante:

- a) Utilizar produtos devidamente registrados, observadas a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, o método de aplicação, atendendo às instruções do fabricante contidas no rótulo, obedecendo à legislação pertinente;
- b) Fornecer mão de obra especializada para a execução dos serviços bem como se responsabilizar por todo o material a ser utilizado na execução dos serviços;
- c) Responsabilizar-se pelo transporte dos trabalhadores e dos materiais necessários à execução dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio da UFSM, ou por qualquer outro dano causado aos imóveis durante a execução dos serviços;
- e) Executar os serviços nas datas definidas pela UFSM.

- f) Dar ciência à fiscalização da UFSM, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade e de todas as ocorrências que verificar durante a execução dos serviços;
- g) Responsabilizar-se, civil, administrativa, penal e tecnicamente, sob as penas da Lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais e/ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados, à UFSM ou a terceiros;
- h) A licitante deve executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a UFSM (com a máxima eficácia), devendo, para tanto, programar suas atividades junto à fiscalização da UFSM;
- i) A licitante ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto deste termo, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos ou do emprego de máquinas e de equipamentos, a critério da UFSM, que lhe assinará prazo compatível para a adoção das providências ou conclusão dos reparos a realizar;
- j) A licitante ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste termo, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância formal por parte da fiscalização;
- k) A empresa é responsável também pela guarda, vigilância e segurança e manutenção das estruturas e equipamentos e ferramentas utilizadas para prestação dos serviços não cabendo a contratante arcar com qualquer despesa relativo a dano, desaparecimento ou furto.
- l) Refazer, sem quaisquer ônus para a UFSM, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados, de responsabilidade da licitante.
- m) As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou subcontratadas, não cobertas por seguro, correrão por conta da licitante.
- n) Correrão por conta, responsabilidade e risco da licitante as consequências de:
- Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão;
 - Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
 - Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao objeto deste Contrato;
 - Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.
- o) Não divulgar dados ou informações a que venha ter acesso, referentes aos serviços prestados, salvo expressamente autorizados pela UFSM.
- p) O ônus de correção dos serviços ou substituição dos mesmos serão por conta da contratada.



q) Deve executar todos os procedimentos de segurança e fornecer a seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários à proteção da integridade física individual e coletiva, conforme as exigências das normas de segurança e medicina do trabalho e/ou legislação vigente, fazendo uso e aplicação de todas as normas de segurança e prevenção de acidentes.

1.4.2. Das obrigações da UFSM:

- a) Garantir o acesso dos trabalhadores da empresa aos prédios da UFSM, para realização dos serviços;
- b) Fiscalizar a realização dos serviços.
- c) Notificar, por escrito, a licitante quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- d) Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o acordado;

1.5. MEDIDAS MITIGATÓRIAS DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Geração de resíduos perigosos (excrementos dos morcegos) e de resíduos da construção civil.

Medidas mitigatórias:

- Descarte de resíduos deverá obedecer a Lei nº 12.305 e a Resolução do CONAMA nº 307, sendo enviados para aterro sanitário licenciado com comprovante de destinação final.
- Os trabalhadores que estiverem executando os serviços deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;